

RELAÇÕES TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICAS ENTRE A ARQUIVÍSTICA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NA PERSPECTIVA SOCIAL

Angelica Alves da Cunha Marques (Unb) angelicacunha@unb.br¹
Flávia Helena de Oliveira (Unb) flaviahelenadeoliveira@gmail.com²
Marli Guedes da Costa (Unb) guedesmarli@yahoo.com.br³
Patrícia Andrade da Silva (Unb) patricia_asilva@yahoo.com.br⁴

Resumo

Esta comunicação objetiva demonstrar, a partir de uma perspectiva epistemológico-social, as relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação (CI). Pressupõe-se que os processos utilizados pelas duas disciplinas, referentes ao tratamento, organização e disponibilização de informações, entrecruzam-se, guardadas as suas peculiaridades. Mais especificamente, desdobra-se nos seguintes objetivos: a) descrever as origens e a trajetória da Arquivística e da CI; b) identificar os estudiosos dessas disciplinas que contemplam suas abordagens sociais; c) e identificar seus entrecruzamentos teóricos e diálogos epistemológicos. Este trabalho justifica-se na sua tentativa de relacionar a Arquivística, no seu processo de formação e configuração como disciplina científica, com o campo científico da CI. Metodologicamente, foi realizado um levantamento bibliográfico concernente aos temas abordados nessas disciplinas. Os resultados alcançados nesse estudo identificam alguns fatores de convergência entre elas: a informação como objeto de estudo; a preocupação acerca da organização e preservação de memórias institucionais; a conexão de processos que envolvem a aquisição, produção, armazenamento, tratamento, organização, recuperação e disseminação de informações, com o fim de viabilizar o acesso aos usuários. Nesse sentido, conclui-se que há uma estreita relação teórico-epistemológica entre a Arquivística e a CI, marcada pela necessidade de solucionar as demandas de informação no contexto social.

Palavras-chave: Arquivística. Ciência da Informação. Informação.

Abstract

This paper intends to demonstrate, through a social epistemological perspective, the relations between the Archival Science and the Information Science (IS). It is presupposed that the processes utilized by the two branches of knowledge concerning treatment, organization and availability of information cross, saved its peculiarities. More specifically, they extend into the following objectives: a) describe the origins and the trajectory of Archival Science and of IS; b) Identify the theoreticians of these disciplines who contemplate its social approaches and c) identify its theoretical crossings and epistemological dialogues. This paper justifies itself in its attempt to relate Archival Science, in its process of formation and configuration as a scientific discipline, with the IS scientific field. Methodologically, a bibliographical search was made concerning the topics approached in these two disciplines. The results achieved in this study identify some factors of convergence between them: the information as object of study; the preoccupation regarding the organization and the preservation of institutional memories; the connection of processes that involve the acquisition, the production, the storing, the treatment, the organization, the recovery and the dissemination of information in order to facilitate the access to users. In this sense, it is concluded that there is a close theoretical and epistemological relation between Archival Science and IS marked by the need of solving the information demands in a social context.

Key-words: Archival Science. Information Science. Information.

1 Introdução

Desde a Segunda Guerra Mundial, o aumento progressivo da produção de informações tem demandado estratégias, a cada dia mais sofisticadas, para o seu acesso. Para

¹ Doutoranda em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – UnB.

² Mestranda em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – UnB.

³ Mestranda em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – UnB.

⁴ Mestranda em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – UnB.

isso, a Ciência da informação (CI) tem a incumbência de desenvolver estudos e técnicas para o efetivo tratamento, organização e disponibilização de informações. Na perspectiva dessas preocupações, algumas disciplinas que lidam com a informação se entrecruzam com a CI. Dentre essas disciplinas, realçamos a Arquivística, como disciplina científica que se compromete a dar conta da informação orgânica registrada desde a sua gênese até a disponibilização ao usuário.

No espaço desta comunicação, nos propomos a demonstrar, a partir de uma perspectiva epistemológico-social, as relações entre a Arquivística e a CI. Assim, buscamos: a) descrever as origens e a trajetória dessas disciplinas; b) identificar os estudiosos que as contemplam em uma abordagem social; c) e identificar seus entrecruzamentos teóricos e diálogos epistemológicos.

O processo metodológico consistiu num levantamento bibliográfico concernente aos temas abordados na Arquivística e na CI, propiciado pelas leituras e discussões da disciplina Fundamentos da Ciência da Informação, oferecida pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília (UnB), durante o primeiro semestre de 2008. Quanto à primeira, dos estudiosos mapeados destacam-se: Silva et al (1999), Silva (2008), Ribeiro (2002) e Fonseca (2004; 2005). No caso da CI, as principais referências teóricas foram: Bush (1945), Borko (1968), Saracevic (1996) e HjØrland (2000).

Acreditamos que este trabalho justifica-se na sua tentativa de relacionar a Arquivística, no seu processo de formação e configuração como disciplina científica, com o campo científico da CI, considerados os processos comuns às duas áreas no que se refere ao ciclo informacional. Dessa forma, os temas abordados representam, para as duas disciplinas, a incorporação de idéias paradigmáticas.

Jardim nos aponta, com bastante clareza, que a Arquivística não deve ser rotulada:

É sempre bom lembrar o fato de que a Arquivologia – como qualquer campo do conhecimento – não é um território homogêneo. Nos últimos anos houve uma ampliação da diversidade da área. Refiro-me à diversidade de interpretações sobre a área, sobre o fenômeno informacional arquivístico, à diversidade dos modos de agir em face de situações que anteriormente estavam aparentemente consolidadas, as várias formas de nos inserirmos na área e nela compartilharmos as suas possibilidades. A Arquivologia hoje é muito mais plural. Talvez possamos, em alguns casos e com cuidado, até falarmos em “Arquivologias”. No entanto, considero um equívoco redutor a tentativa de adjetivar a Arquivologia. Sempre que identificamos a Arquivologia como a Arquivologia Integrada, Sistemática, Pós-custodial ou Azul, Vermelha, etc., de alguma maneira estamos reduzindo a Arquivologia a uma de suas possíveis interpretações, sobretudo considerando que essas interpretações podem ser resultado de circunstâncias históricas específicas de alguns países. (JARDIM, 2006, p. 17-18).

Todavia, julgamos interessante, para fins didáticos, observar a trajetória da área conforme algumas abordagens, que parecem representar as distintas conjunturas históricas que a marcaram e refletiram no seu discurso. Nessa linha de pensamento, as recentes discussões no campo da Arquivística buscam a superação do “paradigma historicista e patrimonialista” e a sua inserção na abordagem “informacional” ou “pós-custodial”, na qual a informação se encontra além dos objetivos da preservação, numa perspectiva de garantia de acesso ao usuário. Ainda que as relações entre essas duas disciplinas não tenham uma concepção consensual pelos seus pesquisadores, é fato que a Arquivística vem sendo impulsionada em direção à CI, desafiada pelas novas necessidades humanas de recuperação de informação.

2 Histórico e trajetória da Arquivística

Para demonstrar como se delineiam, na Arquivística, as discussões para a compreensão do fenômeno da informação, numa vertente social, é preciso recorrer a um breve histórico dessa disciplina e ao seu quadro conceitual, configurado a partir do século XVIII, com a Revolução Francesa, a qual representou um marco para a sua configuração contemporânea.

Ao buscar classificar as visões arquivísticas desde a criação das instituições arquivísticas, a partir daquele século, até as atuais discussões de normalização das “boas práticas arquivísticas”, Silva (2008) nos apresenta três abordagens, que segundo ele, coexistem: a histórica, a informacional e a gerencial. A visão histórica está muito ligada aos desdobramentos da Revolução Francesa. A fundação dos *Archives Nationales*, em 1790, na França, marca a formação do Estado nacionalista e patrimonialista, com interesse em preservar a história registrada nos documentos pertencentes ao Governo. O modelo de arquivo nacional moderno resultante das medidas revolucionárias francesas promove a criação da administração sistêmica dos arquivos, sob a coordenação da instituição arquivística nacional; o direito de acesso público aos arquivos e o reconhecimento da responsabilidade do Estado pela conservação dos seus documentos para a construção da história nacional.

Já no século XX, há uma demanda informacional motivada pela “aproximação da função social dos arquivos às demandas de eficiência e transparência administrativas do Estado”, que dá vazão à abordagem “gerencial dos arquivos” (SILVA, 2008, p. 9). Nessa visão, os arquivos são discursivamente “auxiliares da Administração” e não mais da História, como na abordagem anterior: “O arquivo é reconhecido nos processos de documentação das transações de seu produtor. Os documentos são entendidos como possibilidade de

consignação do ato, para um eventual retorno ao registrado nesse contexto de controle, de prova e de tomada de decisão” (SILVA, 2008, p. 10).

Mais recentemente, aparece a visão “informacional” (SILVA, 2008), também conhecida pelos pesquisadores portugueses como “abordagem pós-moderna” ou “pós-custodial”, a qual questiona os modelos anteriores. Nessa nova direção, Ribeiro (2002) vislumbra a emancipação da disciplina Arquivística, desconstruindo o modelo historicista, da seguinte forma: a) os arquivos históricos nacionais não estabeleceram uma articulação sistêmica com as entidades produtoras, devido à acumulação de fundos de interesse patrimonial, não representando a trajetória do Estado; b) a política arquivística coordenada pelos arquivos institucionalizados não favoreceu a busca da cientificidade, ao contrário, gerou normas e procedimentos baseados no empirismo; c) a fundamentação teórica norteada pelo conceito de fundo desvendou um caráter meramente operativo e não uma lei; enquanto a “Teoria das Três Idades” é questionada pela proposta da “Arquivística Integrada” – apresentada pelos canadenses, que concebe a produção documental sem o rompimento do seu ciclo; d) os princípios teóricos “da Proveniência” e da “Ordem Original” e a supervalorização de técnicas, como a descrição arquivística e a ênfase na normalização não dão conta dos novos desafios de recuperação da informação; e) e a adoção do documento como objeto de estudo da disciplina, numa perspectiva patrimonialista e historicista, impediu a possibilidade de análise da informação de modo independente do suporte.

Nessa mesma linha, Thomassen (1999) afirma que:

Pela primeira vez em seu desenvolvimento, a arquivologia está se transformando em ciência. Em sua fase pré-paradigmática [anterior ao Manual dos holandeses, 1898] não era uma ciência de forma alguma, e em seu estágio clássico não foi mais que ciência auxiliar da história, mas agora, em sua etapa pós-moderna, está adquirindo estatura de ciência, tão autônoma quanto as outras ciências da informação e quanto a história. (THOMASSEN apud FONSECA, 2005, p. 59).

Nessa perspectiva, Ribeiro (2002, p. 107) propõe que o novo paradigma para a Arquivística deve se caracterizar pela teoria sistêmica, no qual o arquivo “é visto como um sistema (semi-) fechado de informação social”, no qual a estrutura, a função e a memória são definidoras dos tipos possíveis de arquivos.

González de Gómez (1990, p.118), por sua vez, considera os arquivos, as bibliotecas, os museus e os centros de documentação como participantes e representantes de um “Sistema formal intermediário de Recuperação da Informação” e acredita que um dos paradigmas e desafios seria estudar esses “sistemas” sob o ponto de vista dos fatores externos

– condições culturais, históricas, sociais – no “universo da ação, do conhecimento e do discurso social”.

Fonseca sintetiza as cinco mudanças emergentes que Terry Cook aponta como norteadoras das “reconceituações necessárias ao desenvolvimento da área num mundo pós-moderno”: a) o deslocamento das “razões de preservação dos arquivos de uma justificativa jurídico-administrativa, ancorada em conceitos de Estado, para uma justificativa sociocultural, ancorada em políticas e usos públicos mais amplos”; b) a proveniência “relacionada à função e à atividade, mais do que à estrutura e lugar. Proveniência passa a ser mais virtual do que física”; c) a transferência do foco “do documento em si para o seu contexto de produção, do artefato físico para os objetivos de sua criação”; d) o arquivista deverá ser um mediador ativo na “formação da memória coletiva através dos arquivos”; e) “a teoria arquivística não deve ser vista como um conjunto imutável de leis estabelecidas”, não é linear ou consensual. “Ao contrário, é uma mistura de diferentes elementos, superpostos e até contraditórios” (FONSECA, 2005, p. 60 - 65).

Quanto aos novos paradigmas da Arquivística, Fonseca, em sua tese de doutorado, questiona as possibilidades de se:

1) (re)afirmar que uma nova pauta de reflexões vem contribuindo para uma redefinição da Arquivologia como campo de saber autônomo, em especial no sentido de rediscutir seus objetos e objetivos tradicionais? 2) (re)afirmar que esta “nova pauta” identifica-se com a pesquisa de pós-graduação, apontando para a (re)definição de *locus* de produção do conhecimento e de marcos interdisciplinares com a Ciência da Informação? (FONSECA, 2004, p. 153).

Segundo a autora, uma nova questão de reflexões não leva, por si só, ao fortalecimento da Arquivística como campo interdisciplinar autônomo e independente; no entanto há uma pauta renovadora das reflexões dentro da área.

No contexto brasileiro, a trajetória da Arquivística tem marcos importantes na década de 1970, que foi decisiva para a sua inserção na Universidade. Nesse período teve início uma série de acontecimentos que favoreceram a sua configuração como disciplina. Dentre eles, é importante apontar: a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) em 1971; a consolidação da Universidade como espaço político e acadêmico na configuração do campo arquivístico. O Curso Permanente de Arquivos (CPA), que funciona no Arquivo Nacional desde os anos 1960 é transferido para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ), atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), em 1977, com a denominação de *Curso de Arquivologia* (MARQUES, 2007); e o

reconhecimento da profissão de arquivista – Lei 6.546, de 04 de julho de 1978 – e a de técnico de arquivo – Decreto 82.590, de 06 de novembro de 1978.

A partir daí são criados mais onze Cursos de Arquivologia no País e a disciplina ganha respaldo legal, sobretudo a partir da Lei 8.159 de 08 de janeiro de 1991, que regulamenta a política nacional de arquivos públicos e privados.

3 Histórico e trajetória da Ciência da Informação

Até fins do século XIX, a Arquivística e a Biblioteconomia eram áreas bem distintas, embora complementares. Em 1892 surge uma nova área, a Documentação, que, apesar de interdisciplinar⁵, era diferente da Biblioteconomia. Os juristas belgas Paul Otlet e Henri La Fontaine foram os responsáveis pelas iniciativas de estruturação e conceitualização da Documentação: fundaram o Instituto Internacional de Bibliografia (IIB) com o objetivo de “[...] estudar as questões concernentes ao livro e à organização sistemática da documentação em bases internacionais e universais”. (MATTELART apud FREIRE, 2006, p.6). Em 1931, o IIB transformou-se na Federação Internacional de Documentação (FID), tornando-se determinante no desenvolvimento de técnicas de tratamento e análise do conteúdo dos documentos. Nesse sentido, “documentação”

passou a ser um conceito com especificidade própria, restringindo o seu âmbito à organização e tratamento de registros informativos em diversificados suportes, necessários, sobretudo, à investigação científica e técnica. As bibliografias, os índices e a elaboração de resumos eram alguns dos produtos em que os documentalistas centravam a sua actividade. (SILVA et al., 1999, p. 28)

O conceito de *Ciência da Informação*, por sua vez, é concebido em meados do século XX, num momento de transformações sociais, para designar um novo campo de estudo, que tem como objetivo abranger o contexto social da produção do conhecimento humano, no qual a apropriação e a recuperação da informação e do conhecimento tornam-se forças estratégicas. Os esforços para a formação e estruturação da CI se concentram, em nível mundial, nas instituições, na comunidade científica e nos eventos por elas promovidos. No âmbito das instituições, destacam-se: a FID, fundada em 1931, na Europa; o *American Documentation Institute* (ADI), fundado em 1937, e a *American Library Association* (ALA), fundada em 1936, nos Estados Unidos; o *Vserossiyskiy Institut Nauchnoi i Tekhnicheskoi Informatsii* (VINITI), na URSS, que já em 1952, tem por missão a produção e gerenciamento

⁵ Para nós, a definição de interdisciplinaridade está ligada a outras que lhe são afins, como multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade e transdisciplinaridade. Apesar de relacionadas, guardam as suas distinções, como nos aponta Marques (2007), ao mapear diversos estudiosos da Filosofia, Sociologia e Educação.

de informações científicas e tecnológicas para atender à comunidade científica; o *Institute of Information Scientists*, fundado em 1958, na Inglaterra.

Nas décadas de 1950 e 1960, o Congresso Americano e outras agências governamentais aprovam projetos visando a controlar a explosão informacional em ciência e tecnologia, e, posteriormente, em outras áreas. Essas medidas baseiam-se no entendimento de que a ciência e a tecnologia são fundamentais para o desenvolvimento da sociedade em termos econômicos, sociais, educacionais e culturais, tornando-se necessário prover meios para o fornecimento de “informações relevantes para indivíduos, grupos e organizações”. (SARACEVIC, 1996, p.43).

Dentre os eventos que marcam historicamente a trajetória da CI e suscitam debates teóricos entre cientistas, pesquisadores e profissionais, têm destaque: a Conferência de Informação Científica da *Royal Society*, realizada em 1948, em Londres; a *International Conference on Scientific Information*, em 1958, em Washington; e o *Second International Congress on Information System Sciences*, promovido pelo *Georgia Institute of Technology*, Virgínia, Estados Unidos, em 1962.

Pelo estabelecimento de aportes conceituais, os estudos desenvolvidos por pesquisadores e cientistas também são vitais para a inserção da CI no campo das ciências. O artigo *As we may think*, de Vannevar Bush, concebe, já em 1945, a preocupação em tornar acessível um crescente volume de informações, particularmente produzidas em ciência e tecnologia, concluindo que isso só seria possível ao usar a tecnologia. Para tanto, imagina uma máquina, chamada *MEMEX*, que seria capaz de armazenar os conteúdos de livros, discos e comunicações de uma pessoa e, ao mesmo tempo, possibilitar sua recuperação com rapidez e flexibilidade.

O artigo de Robert Taylor, publicado em 1966, no *Annual Report Informations Science and Technology* (ARIST), guarda importância por ter fornecido a Borko (apud SARACEVIC, 1996, p.45-46) os elementos necessários para a elaboração da definição de CI:

É a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam seu fluxo, e os meios de processá-la para otimizar sua acessibilidade e uso. A CI está ligada ao corpo de conhecimentos relativos à origem, coleta, organização, estocagem, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e uso de informação.

Borko (1968), ainda concebe-a como uma ciência interdisciplinar, simultaneamente pura e aplicada. Para ele, as origens da CI estão intimamente ligadas ao desenvolvimento da Biblioteconomia e da Documentação.

A partir dos anos 1970, a disciplina passa a ter uma abordagem mais social e humana, voltada para o usuário, como se pode verificar nas palavras de Le Coadic:

A ciência da informação, preocupada em esclarecer um problema social concreto, o da informação, e voltada para o ser social que procura a informação, situa-se no campo das ciências sociais (das ciências do homem e da sociedade), que são o meio principal de acesso a uma compreensão do social e do cultural. (LE COADIC, 1996, p.19)

Os estudiosos da CI passam, então, a reconhecer que o núcleo central da disciplina não reside na tecnologia da informação em si, mas nos instrumentos capazes de efetivar a comunicação da informação desejada entre o produtor e o usuário. Essa observação ratifica a sua vertente social, na qual a tecnologia é um trunfo importante, mas não o único ou o principal. Deve ser um meio, para se atingir um fim, nesse caso, social, coletivo.

Entretanto, Hjørland (2000) considera, numa análise retrospectiva, que a literatura da CI é caracterizada por um ‘caos conceitual’, que parece ser decorrente da incipiência qualitativa da pesquisa na área, a qual, quando bem fundamentada, não só serve de fonte de reflexão, como de amadurecimento da disciplina e padronização dos seus conceitos. (SCHRADER apud HJØRLAND, 2000, p. 29).

A falta de clareza e unanimidade no significado do termo “informação” para a CI talvez seja explicada pelas origens da disciplina no contexto da pós-modernidade. Contexto marcado pelo *olhar extradisciplinar*, por *invasões e migrações interdisciplinares*, por *objetos e projetos inter-poli-transdisciplinares*, por *esquemas cognitivos reorganizadores* a fim de tecer reflexões *para além das disciplinas*, como alerta Morin (2005).

4 O entrecruzamento social entre a CI e a Arquivística

A maioria dos estudiosos da CI parece concordar quanto ao seu estatuto social. Freire (2006, p. 11) lembra que já no documento FID 435, de 1969, “a dimensão social é apontada como fundamental para a questão informacional”. No contexto soviético, o que, por aproximação, hoje, denominamos “Ciência da Informação” era denominado de “Informática” e contemplava somente a informação científica. Superando uma concepção puramente tecnológica, a “Informática” passa a conceber a “atividade multifacetada num contexto social mais significativo” (FOSKETT apud FREIRE, 2006, p. 11). É apoiado nessas origens da CI que o autor justifica, no presente, sua perspectiva social, diante da enumeração de algumas condições básicas para a sua existência: ambiente social, agentes e canais. Na conjugação desses elementos estaria a dinâmica da recuperação da informação e a responsabilidade social da CI, como seu fundamento definidor da sua atuação na sociedade (FREIRE, 2006, p. 17).

Araújo (2003), por sua vez, lembra a inspiração da CI nas Ciências Exatas, a qual dá lugar a uma transição dessa disciplina para as Ciências Humanas e Sociais, nos anos 1970, quando o foco é o usuário.

[...] é, por pretender se aproximar da “ciência pós-moderna”, superando os limites do modelo até então dominante, buscando superar seus impasses metodológicos simplificadores e abarcar um pensamento pautado pela complexidade, que a ciência da informação evolui para novas etapas de diálogo e inserção nas ciências sociais. (ARAÚJO, 2003, p. 26).

Rayward (1996) também reconhece, na trajetória histórica da CI, sua abrangência para além dos instrumentos tecnológicos e estuda sua dimensão social, a qual, segundo ele, consolida-se gradualmente.

Já Capurro (2003) apresenta, dentre os modelos da CI, o paradigma social como uma “evolução” dos paradigmas físico e cognitivo, ponderando que:

[...] o trabalho informativo é um trabalho de contextualizar ou recontextualizar praticamente o conhecimento. O valor da informação, sua mais-valia com respeito ao mero conhecimento, consiste precisamente na possibilidade prática de aplicar um conhecimento a uma demanda concreta. (CAPURRO, 2003).

No plano institucional, a agência de fomento que faz a classificação das áreas do conhecimento no Brasil, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) já contemplava a Ciência da Informação, desde 1976, como uma subárea da Comunicação. Nessa classificação, a Ciência da Informação tinha duas especialidades: 1) os Sistemas da Informação e 2) a Biblioteconomia e Documentação (CNPq, 1978). Na Tabela de Áreas do Conhecimento (TAC) de 1984, a CI aparece como área, denominada “Ciência da Informação, Biblioteconomia e Arquivologia”, contemplando como subáreas a Teoria da Informação e o Tratamento da Informação. Já na TAC em vigor, a CI compõe, com outras áreas, a grande área das Ciências Sociais Aplicadas e tem como subáreas a Teoria da Informação, a Biblioteconomia e a Arquivologia (FERNANDEZ, 2008).

No que se refere à Arquivística, as suas relações com a CI podem ser verificadas a partir das contribuições dos teóricos das duas áreas quanto às suas fronteiras (interdisciplinaridade e conceitos afins), objetos (a informação) e funções sociais (sobretudo o tratamento e organização da informação para a sua posterior recuperação e disponibilização).

Alguns estudiosos portugueses procuram definir a Arquivística como disciplina autônoma, defendendo sua condição interdisciplinar e propondo sua relação de pertinência na CI.

Concebida a informação como objecto impreciso, as disciplinas científicas correlativas, de que ressaltam, numa primeira linha, a Biblioteconomia e a Arquivística, são obrigadas a

convocar um intercâmbio metodológico com outras ciências sociais, especialmente com a Sociologia e a História. Gera-se, desta forma, uma multi e interdisciplinaridade que se estende e supera num sentido claramente transdisciplinar, confinado ao campo específico da informação social e fundado, sobretudo, na interação das práticas e das teorias biblioteconômicas e arquivísticas, agregando-se-lhe contributos procedentes da Informática, das disciplinas ligadas à Comunicação Social e às Ciências Sociais. (SILVA et al, 1999, p. 36).

No entanto, numa segunda obra, os autores advertem sobre o uso abusivo do conceito de *interdisciplinaridade* para caracterização desse campo científico. Entendem que na maioria das vezes o conceito é utilizado como “uma ‘miscelânea’ de perspectivas e de métodos de procedência diversa e de articulação inexistente, logo caótica.” (SILVA; RIBEIRO, 2002, p. 79). Tendo por base as necessidades de uso da informação do mundo contemporâneo, numa abordagem sistêmica, e analisando os autores citados, Masson propõe:

o deslocamento de um cenário de interdisciplinaridade para outro, mais profundo e radical, de transdisciplinaridade, no qual a Arquivística é convocada para construir uma Ciência da Informação unitária, envolvendo-se e misturando-se e até fundindo-se com a Biblioteconomia, a Documentação e os Sistemas Tecnológicos de Informação, de forma que a Ciência da Informação, sem perder sua interessante vocação interdisciplinar no campo das Ciências Sociais, consiga afirmar-se teórica e, academicamente, como uma ciência com identidade própria, dentro do paradigma das ciências pós-modernas. (MASSON, 2006, p. 88-89).

A fim de ilustrar os vínculos entre as duas áreas, Gagnon-Arguin (1992) recorre à concepção da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), quanto às relações entre as Ciências da Informação, a Biblioteconomia e a Arquivística, segundo a qual, os três domínios possuem o mesmo objeto, isto é, a informação registrada num suporte, embora de forma distinta.

Por outro lado, são encontrados na literatura, sobretudo da CI, exemplos de autores que não vêem relação sólida entre CI e a Arquivística. Algumas dessas posturas podem ser observadas na pesquisa de Marques (2007), que apresenta os posicionamentos de alguns estudiosos da CI acerca das relações existentes entre as duas disciplinas. Para a autora, em seu mapeamento, o estudioso mais radical é Le Coadic, quando afirma que a Arquivística é uma:

disciplina auxiliar da história, preocupa-se com a preservação dos documentos que resultam da atividade de uma instituição ou de uma pessoa física ou jurídica. Os arquivos não passam de documentos conservados, enquanto as bibliotecas são constituídas de documentos por elas reunidos (LE COADIC, 1996, p. 14, grifo nosso).

Para Le Coadic, as "primeiras disciplinas" que se envolveram com o estudo da informação foram a Biblioteconomia, a Museoconomia, a Documentação e o Jornalismo, excluindo categoricamente a Arquivologia.

Pinheiro (1999), ao delimitar o campo interdisciplinar da CI, apresenta um diagrama, no qual a Arquivística – juntamente com a Biblioteconomia, a Museologia, a Filosofia e a Lingüística – aparece vinculada à CI. Ela argumenta que:

Três áreas surgem como mais fortes nas suas relações de interdisciplinaridade com a Ciência da Informação: Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Excetuando a primeira, com a qual a interdisciplinaridade é reconhecida pela quase totalidade dos estudiosos, as outras duas têm sua presença acentuada provavelmente por um equívoco entre interdisciplinaridade e aplicações. (PINHEIRO, 1999, p. 174-175).

Saracevic (1996) ratifica essa exclusão, ao destacar o diálogo entre a CI e a Biblioteconomia, Ciência da Computação, Ciência Cognitiva e Comunicação.

Para Jardim e Fonseca, pesquisadores brasileiros, a informação registrada constitui-se no ponto comum entre a Arquivística e a CI. No entanto, considerando seus objetos, tipos de informação, categorias de usuários e métodos, eles assinalam uma “débil interação entre ambas as disciplinas” (JARDIM; FONSECA, 1995, p. 41-49). No entanto esses mesmos autores, em outro artigo, recorrem a Deschatelet, que reconhece a CI “como uma área em gestação constituída por várias ciências da informação como, por exemplo, a **Arquivística**, a **Biblioteconomia**, a **Informática**, o **Jornalismo** e a **Comunicação**, as quais têm como objeto de pesquisa imediato a transferência da informação” (DESCHATELET apud JARDIM; FONSECA, 2000, grifo do autor).

Fonseca afirma que as relações interdisciplinares entre as duas áreas ainda não fazem parte da nossa realidade. No entanto, entende a “homogeneidade com que dissertações e teses são acolhidas em diferentes programas de pós-graduação, que aponta para um movimento receptivo que ultrapassa as esferas conjunturais” como um sinal de fortalecimento das relações de interdisciplinaridade entre as duas disciplinas no Brasil (FONSECA, 2004, p. 161).

Silva (1996, p. 7), a partir de Saracevic e de Jardim e Fonseca, enumera critérios de comparação entre a Arquivística e a CI. Baseada nesses critérios e em parâmetros de interação e de relação interdisciplinar, a autora não constata “evidências fortes de uma relação significativa entre as duas disciplinas, exceto pelo papel social dos arquivos e pela função também social da informação” (SILVA, 1996, p. 8).

4.1 A organização, recuperação e disponibilização de informações como diálogos entre a Arquivística e a CI

Borko (1968) ao conceituar a CI como a disciplina que investiga as propriedades, comportamentos, fluxos, processamento, acessibilidade e usos da informação,

abre espaço para diálogos epistemológicos e pragmáticos entre a CI e a Arquivística, uma vez que essas mesmas funções podem ser identificadas nos fundamentos e princípios desenvolvidos e utilizados pela Arquivística.

De acordo com Rousseau e Couture (1998), existem sete funções arquivísticas, a saber: 1) **produção**: contempla os procedimentos relacionados à produção dos documentos de arquivo, por meio da adoção de normas, manuais e modelos; 2) **avaliação**: define os prazos de guarda e destinação (eliminação ou guarda permanente) dos documentos; 3) **aquisição**: refere-se à entrada dos documentos nas fases corrente, intermediária e permanente, e aos procedimentos de transferência e recolhimento; 4) **conservação/preservação**: processos que visam a garantir a integridade física e/ou lógica dos documentos, além da definição de políticas e diretrizes de preservação do acervo; 5) **classificação**: desenvolvimento e utilização de instrumentos específicos que refletem as funções, atividades e ações desenvolvidas pela instituição; 6) **descrição**: atividade que perpassa todo o ciclo de vida do documento, desde os arquivos correntes até sua fase permanente; 7) e **difusão/acesso**: utilização de procedimentos que promovem o acesso e utilização dos documentos, bem como as práticas que perpassam as demais funções.

As funções arquivísticas, portanto, prevêm cuidados com os documentos desde a sua produção até a sua difusão. E é nesse sentido que as atividades arquivísticas têm estreita relação com as atividades propostas pelos programas de gestão da informação, que contemplam “a aplicação do ciclo da informação (processo da Ciência da Informação) às organizações” (TARAPANOFF, 2006, p. 22). Esse ciclo compreende, segundo essa autora, a geração, seleção/aquisição, representação, armazenamento, recuperação, distribuição e uso da informação, que parecem corresponder, em algumas etapas, às sete funções arquivísticas. Essas funções, em maior ou menor grau, têm suas correspondentes no âmbito das demais unidades de informação, ou seja, nas bibliotecas, museus e centros de informação/memória que adquirem, organizam e disponibilizam informações em formatos e suportes variados.

Embora a informação orgânica registrada, objeto do olhar arquivístico, não seja a única definidora das decisões tomadas pelas instituições, contribui valiosamente para tal.

Considerando-se que a informação estratégica é aquela capaz de apoiar às principais atividades de uma organização; é essencial para a tomada de decisão, reduzindo incerteza; e a informação arquivística, por sua vez, também apresenta características similares, então é possível afirmar que as informações estratégicas ou gerenciais amplamente utilizadas pelos administradores para a tomada de decisão nas organizações, sejam elas públicas ou privadas, podem ter, uma parcela significativa de informações com característica e natureza arquivística (MORENO, p. 9, 2007).

E nesse sentido, o arquivo pode ser considerado um importante colaborador para a realização da missão institucional, ao compartilhar espaço e dialogar com as demais unidades de informação. Na perspectiva da construção das experiências coletivas, a aplicação da gestão (num sentido *lato*) perpassa as atividades dessas unidades: reunir, tratar e disponibilizar informações são atribuições e compromissos de arquivos, bibliotecas e centros de informação na realização do seu papel social (MARQUES, 2008).

5 Considerações finais

Vários estudiosos da CI pontuam que a recuperação, a aquisição, a produção, o armazenamento, o tratamento e a organização, são atribuições e interesses dos profissionais de informação. As funções arquivísticas apresentadas por Rousseau e Couture (1998) parecem dialogar com as propostas da CI apontadas por esses autores, no que diz respeito ao tratamento, recuperação e disseminação da informação.

Todavia, ao estudar a Arquivística e concebê-la como uma ciência da informação, ou em última instância, como uma das disciplinas que compõe o rol daquelas que cuidam e disponibilizam informações, percebemos que as iniciativas de diálogos e conexões encontram-se, geralmente, no âmbito das discussões e observações pragmáticas, sendo escassos os estudos mais aprofundados acerca dos seus aspectos epistemológicos.

Nesse sentido, consideramos que há uma necessidade premente de estudos, sobretudo no Brasil, que considerem: a) as relações entre essas disciplinas no contexto social; b) e relacionem a informação como objeto de interesse para os cientistas da informação e, mais especificamente, para os arquivistas, que, dentre tantos outros profissionais que também lidam com a informação, preocupam-se com a recuperação da informação e a criação de memórias (SILVA et al, 1999, p. 27).

Afinal, o objeto da CI é “a informação como um fenômeno inscrito na realidade humana e social” (SILVA et al, 1999, p. 31), que coincide com o objeto da Arquivística, como o conjunto dos documentos produzidos e acumulados ao longo das atividades organizacionais ou individuais (ou de famílias), isto é, das atividades do homem em sociedade. Os sistemas (semi-)fechados de informação social são também objeto de estudo da Arquivística (SILVA et al, 2003, p. 38) e, nesse sentido, essa disciplina é concebida como uma ciência da informação social: “[...] o dispositivo metodológico da Arquivística, em última instância, tem de visar de forma problematizante as leis ou princípios intrínsecos à dinâmica da informação social, estruturada em sistemas (semi-)fechados” (SILVA et al, 2003, p. 211).

Nessa abordagem mais recente, os posicionamentos acerca dos diálogos entre as duas disciplinas se assentam no deslocamento da noção estática de “documento”, como conceito operatório e como objeto de estudo, para o enfoque na “informação”, que marca “a entrada dos arquivos e da Arquivística na chamada era pós-custodial e científica” (MASSON, 2006, p. 99). E a inserção da Arquivística na CI (numa relação de diálogo e não de submissão) é decorrente da percepção de que novos desafios se impõem, principalmente, pela emergência das tecnologias de informação e de comunicação e na conseqüente geração dos documentos eletrônicos e das redes internacionais de comunicação, preocupações que originaram e fundamentaram a CI.

Essas percepções acerca das necessidades informacionais, transbordam os ambientes corporativos e refletem a importância das informações (nesse caso, as orgânicas registradas) na formação da cidadania e da memória coletiva. Essa perspectiva traz à tona mais um amplo campo de discussão e reflexões para a Arquivística, ao contemplar as necessidades informacionais e os estudos de usuários, estudos também raros na literatura da área.

6 Referências bibliográficas

- ARAÚJO, C. A. A. A ciência da Informação como ciência social. **Ciência da Informação**, v. 32, n. 3, p. 21-27, set./dez. 2003.
- BORKO, H. Information Science: what is it? **American Documentation**, v. 19, p. 3-5, Jan./1968.
- BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. **Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 09 de jan. 1991.
- BROOKES, B. C. **The foundations of information science**. Part I. Philosophical aspect. **Journal of Information Science**, n. 2, p. 125-133, 1980.
- BUSH, Vannevar. As we may think. **The Atlantic Monthly**, Jul./1945.
- CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 5., Belo Horizonte, 2003. **Anais...** Belo Horizonte, 2003.
- CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. Classificação das áreas do conhecimento. **Cadernos de Informação em Ciência e Tecnologia**, n. 1, jun./1978.
- _____. **Áreas do conhecimento: classificação**. Brasília: SEPLAN/CNPq, 1984.
- FERNANDEZ, R. A Ciência da Informação como área do conhecimento e de fomento no CNPq. In: Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação, 8., Salvador, 2008. **Anais...** Salvador, 2008.
- FONSECA, M. O. **Arquivologia e Ciência da Informação: (re) definição de marcos interdisciplinares**. 1997. 181 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.
- _____. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- FREIRE, G. H. Ciência da Informação: temática, histórias e fundamentos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n.1, p.6-19, jan./jun 2006.
- GAGNON-ARGUIN, L. **L'Archivistique: son histoire, ses acteurs depuis 1960**. Québec: Presses Universitaires du Québec, 1992.

- GONZÁLEZ DE GOMEZ, M. N. O objeto de estudo da Ciência da Informação: paradoxos e desafios. **Ciência da Informação**, v. 19, n. 2, jul./dez. 1990, p. 117-122.
- HJØRLAND, B. Documents, Memory Institutions and Information Science. **Journal of Documentation**, v.56, n.1, jan.2000.
- JARDIM, J. M. In: CARDOSO, J. C.. Entrevista com José Maria Jardim. **Arquivística.net**, v. 2, n. 1, 2006.
- _____; FONSECA, M. O. As relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação. **INFORMARE**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 41-50, jan./jun. 1995.
- _____; _____. A informação como campo interdisciplinar. **Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Informação**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<http://www.uff.br/neinfo/artigoinfo.html>>. Acesso em: ago/2000.
- LE COADIC, Y. F.. **A Ciência da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.
- MARIZ, A. C. A. Relações interdisciplinares entre a Arquivística e a Ciência da Informação. **Cenário Arquivístico**, v. 3, n. 1, p. 29-36, jan./jun. 2004.
- MARQUES, A. A. da C. **Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil**. 2007. 298 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – UnB, Brasília, 2007.
- _____. Os diálogos e as contribuições da Arquivologia no campo da Ciência da Informação. In: **XV Congresso Brasileiro de Arquivologia - Mesa redonda "Patrimônio cultural arquivístico: Arquivologia, Museologia, Biblioteconomia"**, 2008, Goiânia. XV CBA, 2008.
- MASSON, S. M. A Arquivística sob o prisma de uma Ciência da Informação: uma proposta de Silva & Ribeiro. **Arquivística.net**, v. 2, n. 1, p. 85-103, jan./jun. 2006.
- MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- PINHEIRO, L. V. R. Campo interdisciplinar da Ciência da Informação: fronteiras remotas e recentes. In: Pinheiro, Lena V. Ribeiro (org.). **Ciência da Informação, Ciências Sociais e Interdisciplinaridade**. Brasília/Rio de Janeiro, IBICT/DDI/DEP, 1999, p. 155-182.
- RAYWARD, B. The history and historiography of information science: some reflections. **Information Process & Management**, v. 32, n.1, p. 3-17, 1996.
- RIBEIRO, F. Da arquivística técnica a arquivística científica: a mudança de paradigma. **Revista da Faculdade e Letras – Ciências e Técnicas do Patrimônio**, I série, v. 1, p. 97-110. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3511.pdf>>. Acesso em 27/04/08.
- ROUSSEAU, J. Y.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.
- SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 4-62, jan./jun. 1996.
- SILVA, A. M. da. et al. **Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação**. Porto: Afrontamento, 1999.
- _____; RIBEIRO, F. **Das “ciências” documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular**. Porto: Afrontamento, 2002.
- SILVA, E. P. da. A trajetória da Arquivologia: três visões sobre os arquivos. In: Congresso Nacional de Arquivologia, 3., Rio de Janeiro, 2008. **Anais...** Rio de Janeiro, 2008.
- SILVA, J. G. e. **Socialização da informação arquivística: a viabilidade do enfoque participativo na transferência da informação**. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – UFRJ, Rio de Janeiro, 1996.
- TARAPANOFF, K. Informação, conhecimento e inteligência em corporações: relações e complementaridade. In: _____. **Inteligência, informação e conhecimento em corporações**. Brasília: IBICT, UNESCO, 2006.